



**Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos**

**DECRETO N° 12.385, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2025**

Regulamenta a Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025, para tratar da proibição do uso, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais durante a aula, o recreio ou o intervalo entre as aulas, para todas as etapas da educação básica, com o objetivo de preservar a saúde mental, física e psíquica das crianças e dos adolescentes.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, *caput*, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025,

**DECRETA:**

Art. 1º Este Decreto regulamenta a [Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025](#), para tratar da proibição do uso, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais durante a aula, o recreio ou o intervalo entre as aulas, para todas as etapas da educação básica, com o objetivo de preservar a saúde mental, física e psíquica das crianças e dos adolescentes.

Parágrafo único. As normas relativas ao uso de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais por estudantes nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica serão orientadas pelo disposto neste Decreto.

Art. 2º Aos sistemas de ensino e aos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica compete implementar as disposições da [Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025](#), deste Decreto e das normas complementares estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação sobre o tema, com a garantia da adequação ao contexto local e da participação da comunidade escolar, observado o princípio da gestão democrática do ensino público, de que trata o [art. 3º, caput, inciso VIII, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#).

Art. 3º Nos termos do disposto no [art. 2º, § 1º](#) e [§ 2º](#), e no [art. 3º da Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025](#), o uso de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais será permitido para os seguintes fins:

I - por estudantes com deficiência, nos termos do disposto no [art. 2º da Lei 13.146, de 6 de julho de 2015](#), mediante atestado, laudo ou outro documento assinado por profissional de saúde com a indicação do uso desses dispositivos como instrumento de tecnologia assistiva no processo de ensino e aprendizagem, de socialização ou de comunicação, conforme o disposto no [art. 3º, caput, incisos I e II, da Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025](#);

II - monitoramento ou cuidado de condições de saúde dos estudantes, mediante atestado, laudo ou outro documento assinado por profissional de saúde com a indicação do uso desses dispositivos, conforme o disposto no [art. 3º, caput, inciso III, da Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025](#); e

III - garantia do exercício dos direitos fundamentais por toda a comunidade escolar, conforme o disposto no [art. 3º, caput, inciso IV, da Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025](#).

Parágrafo único. O atestado, o laudo ou outro documento de que tratam os incisos I e II do *caput* poderão ser substituídos por outras formas de comprovação, a critério dos sistemas de ensino.

Art. 4º Para assegurar a implementação do disposto no [art. 2º da Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025](#), e neste Decreto, os estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica deverão observar as normas complementares e as orientações emitidas pelo Conselho Nacional de Educação e pelos seus sistemas de ensino, e estabelecer, em seus regimentos internos e em suas propostas pedagógicas:

I - as estratégias de orientação aos estudantes e às suas famílias;

II - as estratégias de orientação e de formação às professoras e aos professores;

III - os critérios para orientar o uso pedagógico dos aparelhos eletrônicos portáteis pessoais, consideradas as características de cada etapa e de cada modalidade de ensino atendida;

IV - a forma de guarda dos aparelhos eletrônicos portáteis pessoais, para evitar que os estudantes os utilizem durante a aula, o recreio ou os intervalos entre as aulas, observado o disposto no [art. 3º da Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025](#); e

V - as consequências do descumprimento do disposto na [Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025](#), e neste Decreto.

§ 1º Para fins do disposto no *caput*, será considerada a participação da comunidade escolar, conforme o princípio da gestão democrática do ensino público, de que trata o [art. 3º, caput, inciso VIII, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#).

§ 2º Os estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica darão publicidade às alterações promovidas em seus regimentos internos e em suas propostas pedagógicas para atender aos termos do disposto neste Decreto.

Art. 5º Para o cumprimento do disposto no [art. 4º da Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025](#), conforme o contexto local, as redes de ensino e os estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica deverão:

I - promover ações de conscientização sobre os riscos do uso imoderado de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais, de modo a integrar o tema ao planejamento pedagógico anual;

II - oferecer formação aos profissionais da educação sobre:

a) a educação digital para o uso seguro, responsável e equilibrado de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais; e

b) a identificação de sinais de sofrimento psíquico em estudantes, decorrente do uso imoderado de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais; e

III - promover espaços de escuta e garantir acolhimento aos estudantes, às professoras, aos professores e aos profissionais atuantes no estabelecimento de ensino que apresentem sinais de sofrimento psíquico relacionado ao uso de dispositivos digitais e às ofensas *on-line*.

§ 1º As ações de que tratam os incisos I a III do *caput* deverão considerar o disposto na [Lei nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024](#).

§ 2º Na hipótese prevista no inciso III do *caput*, o estabelecimento de ensino poderá recomendar o atendimento por profissional externo para estudantes, professoras, professores e demais profissionais.

Art. 6º Ao Conselho Nacional de Educação compete estabelecer normas complementares necessárias à implementação do disposto na [Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025](#), e neste Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de fevereiro de 2025; 204º da Independência e 137º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Macaé Maria Evaristo dos Santos  
Camilo Sobreira de Santana

Este texto não substitui o publicado no DOU de 19.2.2025

\*

